

---

**Mitchel A. Seligson**

University of Pittsburgh, Estados Unidos

**John A. Booth**

University of North Texas, Estados Unidos

**Miguel Gómez B.**

Universidad de Costa Rica, Costa Rica

---

#### **Resumo**

Recentes quedas acentuadas da confiança no governo dos públicos de massa de democracias institucionalizadas reacenderam o interesse pela teoria e pesquisa sobre a legitimidade. Há muito tempo os teóricos concebem a legitimidade política como multidimensional e sustentam que ela vai do apoio abstrato a uma comunidade política subjacente aos princípios do regime à avaliação mais concreta do desempenho do regime, das instituições e dos atores. Porém, surpreendentemente, pouca pesquisa empírica avaliou a validade desse constructo teórico. Utilizando um survey nacional da Costa Rica, uma democracia estável e bem sucedida, investigamos se a legitimidade política existe empiricamente e examinamos sua estrutura. Usando análise fatorial confirmatória, encontramos evidências que sustentam a estrutura multidimensional do apoio político. Identificamos também certas limitações tanto da pesquisa teórica como da empírica, relacionadas com a operacionalização equivocada e a especificação de vínculos empíricos que não conseguimos detectar. Também encontramos e remediamos um



---

No entanto, sabemos que, apesar do declínio do apoio de massa medido pelas pesquisas, as democracias industriais avançadas não parecem estar à beira do colapso e mesmo a atividade generalizada de protesto contra o sistema é rara<sup>4</sup>. Os tumultos de dezembro de 1999 em Seattle ocorreram de fato, e protestos similares aconteceram na Europa Ocidental, mas essas irrupções foram esporádicas e limitadas e não mostraram nenhum sinal de desestabilização dos regimes em que ocorreram. Isto posto, conseguimos enquadrar com precisão o enigma central da pesquisa sobre legitimidade: quais são e onde estão os efeitos ausentes do declínio observado da legitimidade? Se a legitimidade de fato diminuiu muito, por que não tem havido protestos mais freqüentes e disseminados contra as democracias estabelecidas?

Para resgatar a teoria da legitimidade desse embaraço, pode-se voltar à noção de Easton e Lipset de um “reservatório” de apoio, construído ao longo dos

---

legitimidade, de tal maneira que a pesquisa empírica pode não estar examinando as variáveis corretas? Este artigo explora a segunda questão, porque se não formos

---

## **Pesquisas anteriores sobre legitimidade: especificação e desagregação**

Quase toda a pesquisa empírica nesse campo decorre da teoria pioneira de

---

levam a esperar múltiplas dimensões e subdimensões da legitimidade, baseadas

---

apresentaram uma análise fatorial confirmatória na qual as dimensões para comunidade, regime e autoridades separavam-se de forma clara. Isso dava suporte à validade empírica da multidimensionalidade da legitimidade, mas não era definitivo porque um único item (uma única questão do *survey*) era usado para medir cada dimensão.

A contribuição empírica de Kornberg e Clarke sobre a multidimensionalidade influenciou a teorização de Nye e Zelikow (1997) e Norris (1999) em publicações importantes, mas outros esforços empíricos para verificar a multidimensionalidade da legitimidade e explorar seus contornos em diferentes nações continuaram limitados. Norris (1999, p. 16-21) discutiu em detalhe as perguntas que poderiam explorar a estrutura dimensional que ela propôs, mas não analisou empiricamente os itens selecionados. Klingemann (1999) fez análise fatorial de uma série de itens tirados dos *World Values Surveys*





---

instâncias governamentais que lhe são mais próximas, ficamos realmente surpresos com o fato de os pesquisadores ignorarem a legitimidade do governo local. Essa lacuna é especialmente problemática no mundo em desenvolvimento, no qual a descentralização se tornou um mantra para muitos programas de reforma estrutural promovidos pelas agências de desenvolvimento que buscam “devolver o governo ao povo” (VELIZ, 1980; NICKSON, 1995; CROOK e MANOR, 1998; DIAMOND, 1999). Além disso, surgem indícios de que o governo local propicia um foro de participação alternativo à política em nível nacional (BOOTH e RICHARD, 1996) e que o apoio dos cidadãos ao governo local conduz ao engajamento no nível local (BOOTH e SELIGSON, no prelo). Isso sugere o começo de uma explicação de porque o declínio da legitimidade nacional não levou a mais crises de regimes: que os cidadãos críticos podem estar se voltando para arenas e modos de participação alternativos, em vez de se retirarem, protestarem ou desafiarem os governo nacionais. Testamos vários itens relacionados com o apoio ao governo local.

Em quinto lugar, é preciso pensar melhor sobre a dimensão de “apoio aos princípios do regime”, que Dalton define como “os amplos parâmetros dentro dos quais o sistema político deveria funcionar” (DALTON, 2004, p. 6). No entanto, Norris argumenta que “(...) uma vez que a democracia continua a ser um conceito essencialmente questionado, aberto a múltiplos significados, não há consenso sobre quais valores deveriam ser considerados mais importantes” (NORRIS, 1999, p. 11). Concordamos com Norris nesse ponto, mas a solução dela, e de quase todos os outros pesquisadores, foi usar os itens dos questionários que se referem diretamente a “democracia”. Vemos dois problemas quando a palavra “democracia” é incluída em questões que tentam medir princípios do regime. Primeiro, há o problema do viés pela resposta de “desejabilidade” social (KROSNICK, 1999, p. 44-49), que pode tornar difícil para os respondentes expressar apoio público à ditadura, contra uma percepção de maior “desejabilidade” social para a democracia. Em segundo lugar, os *surveys* mostraram que determinados públicos podem ter interpretações muito diferentes do termo. Por exemplo, um estudo relevante para nosso tema concluiu que a maioria dos costarriquenhos definia democracia em termos de liberdade, enquanto os chilenos a viam em termos de capitalismo e livre empresa/livre comércio (SELIGSON, 2001). Contudo, apesar desses problemas, Norris (1999, p. 16-17), Dalton (2004, p. 58-59) e Klingemann (1999, p. 36-38) confiaram em itens que perguntavam sobre a aprovação da “*democracia* como a melhor forma de governo” e uma preferência pela “*democracia*” em relação à “ditadura”. Acreditamos que essa abordagem na operacionalização dos princípios do regime sofre tanto de viés de resposta como de confusão conceitual potencial pelo respondente.

A discrepância na interpretação da democracia entre os respondentes e o potencial de viés na resposta sugere que os pesquisadores deveriam evitar o termo democracia *per se* e, ao invés, perguntar sobre os princípios essenciais que aqueles

---

que apóiam a democracia deveriam ter. Um traço essencial da democracia – na verdade, o cerne de sua definição central – é a participação dos cidadãos na política (COHEN, 1973; PATEMAN, 1970). Nossa preferência e nossa estratégia adiante é





---

---

**Tabela 1**  
**Dimensões da legitimidade política baseadas em Norris**

Objeto de apoio (listados do mais geral ao mais específico)	Operacionalização da variável	Média	Desvio padrão
---	-------------------------------	-------	------------------

Existência de uma  
comunidade po

---

---

<b>Objeto de apoio (listados do mais geral ao mais específico)</b>	<b>Operacionalização da variável</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>Instituições do regime (apoio difuso)</b>	Todos os seguintes itens estão em uma escala de 7 pontos: 0 = "nada" ... 7 = "muito", transformada em 0-100):		

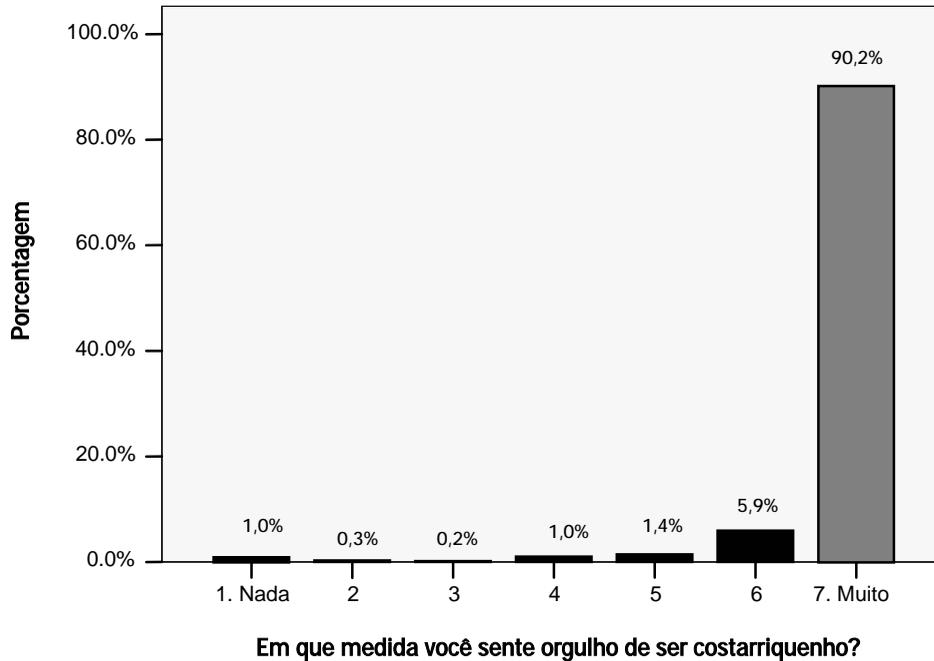
---

## Resultados

Abordamos a análise dos dados em três fases para nos ajudar a classificar a lista de variáveis da Tabela 1. Primeiro, usamos análise fatorial exploratória (componentes principais, com uma rotação varimax), pois a limitada pesquisa anterior publicada havia utilizado, em larga medida, essa técnica. Os resultados nos deram uma primeira aproximação razoável, mas, como esperávamos, trouxeram uma série de problemas (ver Anexo A). Encontramos um grave problema de distribuição de cargas embora estivéssemos usando uma técnica projetada para maximizar a ortogonalidade dos itens. Em particular, observamos esse problema para as variáveis que medem comunidade política (fator 6 no Anexo A), com a segunda variável na série (“apesar de nossas diferenças, os costarriquenhos têm muito em comum”), carregando



**Figura 1**  
**Distribuição das respostas do item "orgulho"**



Nossa análise fatorial sofreu também de um problema de dados faltantes (*missing data*). Decidimos, como é costume em análises desse tipo, eliminar as não-respostas de modo *pairwise*. Embora sua quantidade em qualquer item não passe, em geral, de 3%, em um item ("tratamento pelo governo municipal") da série do governo local, perdemos 11% dos casos. Isso significa que perderíamos 26% dos casos em uma eliminação *listwise*, em consequência do efeito composto da longa lista de variáveis que incluímos na análise.

Para enfrentar todos os problemas apontados acima, tomamos duas medidas. Primeiro, aparamos nossa lista de variáveis (deixando de lado todos os itens de comunidade política). Em segundo lugar, decidimos passar para um modelo de medição desenhado especificamente para tratar de dimensões inter-relacionadas e que usa técnicas de máxima verossimilhança para atribuir valores ausentes em uma matriz. Depois submetemos a lista de variáveis encurtada a uma análise fatorial confirmatória (AFC). Esse modelo de análise ajudou-nos a identificar estruturas latentes (dimensões) entre as variáveis, ao mesmo tempo em que

---

supunha que as estruturas latentes estão representadas (com erro) pelas variáveis componentes medidas. Usamos AFC por várias razões, em parte porque ela usa toda a informação do conjunto de dados por meio do emprego de estimativas de máxima verossimilhança, em vez de eliminar as não-respostas de modo *pairwise*. Além disso, podemos comparar múltiplos modelos em uma única análise. E o que talvez tenha sido de mais utilidade, a AFC testa a força ou coerência das estruturas latentes e identifica o grau de associação entre elas. Nossa análise concentra-se em um único conceito, legitimidade do regime, que nossa teoria herdada nos diz que tem várias subdimensões inter-relacionadas. Nós queríamos muito “ver” graficamente essas relações, o que a AFC permite. Em suma, a AFC propicia um meio adequado de examinar a validade do constructo da legitimidade democrática.

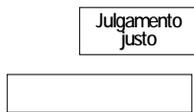
Os principais resultados essenciais de nossa análise fatorial confirmatória sobre as normas de legitimidade/apoio estão representados na Figura 2. No gráfico, os nomes das variáveis em caixas retangulares indicam variáveis individuais que contribuem para cada dimensão latente. As dimensões latentes são indicadas dentro de círculos e posicionadas à direita das caixas das variáveis. As setas das variáveis para as dimensões representam as trajetórias significantes de relação<sup>15</sup>. Os coeficientes ao lado da seta entre cada variável e sua dimensão latente indicam a correlação entre a estrutura latente e a própria variável. O ajuste total do modelo, tal como medido pelo CFI, foi de 0,878, com 25 variáveis observadas e 31 variáveis não-observadas.

---

<sup>15</sup> Trajetórias não significantes no nível 0,01 foram eliminadas. Trajetórias com coeficientes menores que 0,01 contribuíam pouco para a análise, mas acrescentavam várias linhas e setas que tornariam a leitura do diagrama difícil demais para justificar o aumento da complexidade.

---

**Figura 2**  
**Análise fatorial confirmatória dos itens de legitimidade**



---

A seqüência da análise desses resultados prosseguiu em três estágios. Primeiro, discutimos cada uma das dimensões e comentamos sobre os coeficientes, para termos uma compreensão clara da questão central de nossa análise, a saber, a dimensionalidade da legitimidade/apoio. Depois, examinamos em detalhe a relação *entre* os fatores latentes para compreender melhor como essas dimensões se relacionam mutuamente. Por fim, examinamos os graus relativos de apoio para cada uma das dimensões da legitimidade a fim de determinar se, tal como predito na literatura, referentes mais gerais e distantes têm maior apoio do que dimensões que se referem a referentes mais específicos e próximos.

*A estrutura das dimensões* – O primeiro e mais importante resultado confirma que a legitimidade tem múltiplas dimensões baseadas nas orientações dos cidadãos em relação a vários objetos políticos. A Figura 2 revela seis dimensões de legitimidade na Costa Rica agrupadas em torno de referentes/variáveis. Primeiro, quatro estruturas latentes correspondem diretamente a dimensões preditas por Norris e companhia – *apoio a princípios do regime, apoio ao desempenho do regime, apoio às instituições do regime e apoio aos atores políticos*.

A Figura 2 revela também uma variante na estrutura dimensional da legitimidade não esperada por Norris e companhia. A AFC confirmou a existência na Costa Rica de duas dimensões de apoio institucional nacional, em vez de uma única estrutura latente<sup>16</sup>. Uma dessas dimensões institucionais se refere a várias instituições em separado (por exemplo, a legislatura, os partidos), enquanto que a outra evoca avaliações do funcionamento mais generalizado de instituições (ver os itens listados na Tabela 1 para os enunciados). Para fazer a distinção entre essas dimensões, chamamos a primeira, tal como Norris, de *apoio às instituições do regime* e a segunda, chamamos de *apoio difuso*, de modo consistente com a terminologia empregada no trabalho de Muller e Seligson em que também os mesmos itens se agrupam (MULLER, JUKAM e SELIGSON, 1982; SELIGSON, 1983). Desse modo, o apoio às instituições do regime consiste nas avaliações pelos cidadãos de várias instituições costarriquenhas específicas – Supremo Tribunal Eleitoral, Suprema Corte e Assembléia Legislativa – e de partidos políticos e deputados do próprio respondente. O apoio difuso consiste em cinco referentes institucionais que avaliam a justiça dos julgamentos, as instituições e o sistema político em geral, a proteção dos direitos básicos e o apoio dos cidadãos ao sistema político. A AFC confirma assim que o conjunto de variáveis das instituições do regime em nível nacional se divide, na verdade, em dois subconjuntos, como indicamos aqui. Cada estrutura é razoavelmente coerente em seu interior (coeficientes variável-dimensão variando entre 0,47 e 0,72 para instituições do regime e entre 0,53 e 0,67 para apoio

---

<sup>16</sup> Encontramos os mesmos resultados em nossa análise fatorial exploratória inicial.

---

difuso). Porém, notamos também que as duas dimensões reveladas se associam intimamente uma à outra (0,89), sugerindo que a distinção entre elas não deve ser exagerada. Pode haver pouco ganho empírico com a separação das medidas mais abstratas das mais concretas de apoio institucional. Isso será algo que valerá a

---

diádicas possíveis entre cada uma das seis dimensões e as outras cinco, onze têm coeficientes de associação significativos (indicados pelas setas de duas pontas na Figura 2).

A associação mais forte (0,89) entre estruturas latentes ocorre entre apoio às instituições do regime e apoio difuso. Isso não surpreende pois, de início, esperava-se que essas dimensões constituíssem uma única. As próximas associações mais fortes são aquelas entre apoio às instituições do regime e apoio aos atores políticos (0,63), apoio às instituições do regime e apoio ao governo local (0,54) e apoio difuso e apoio aos atores políticos (0,49). Aqui observamos um padrão de associações de forte a moderadas entre as orientações dos costarrriquenhos para suas instituições políticas formais e os ocupantes delas. Parece-nos que esse padrão harmoniza-se com o que se poderia esperar de cidadãos em um sistema democrático que há cinco décadas é estável e bem institucionalizado.

As associações restantes entre pa

---

Guatemala), onde há, quase com certeza, maior divergência de opinião e menos apoio total a esses itens do que na Costa Rica. Esse resultado ilustra e sustenta nosso argumento de que é importante examinar a estrutura da legitimidade em um país de cada vez, em vez de realizar uma análise com muitas nações agrupadas. Ao mesmo tempo, se na Costa Rica os princípios do regime não estão conectados a nenhuma das outras dimensões da legitimidade, exceto em uma ligação muito tênue com o apoio aos atores políticos, é importante reavaliar a proeminência atribuída a essa dimensão. Em outras palavras, parece-nos que a legitimidade do

---

Embora muito positivo em média, o nível de apoio começa a declinar para o conjunto seguinte de dimensões. Em comparação com a dimensão dos princípios do regime (média em torno de 79 em 100), os costarriquenhos manifestam um razoavelmente alto apoio difuso às instituições (por exemplo, respeito às instituições, orgulho do sistema), em um escore médio de 69,23 em 100. Porém, à medida que aumenta a especificidade da referência às instituições e atores e situações concretas, as médias para cada conjunto de itens das dimensões caem para níveis muito mais baixos: o apoio específico a instituições do regime fica acima do ponto médio da escala, em 55,59. Mas bem abaixo desse ponto ficam o apoio ao governo local (46,44), o apoio aos atores políticos (46,69) e a avaliação do desempenho (econômico) do regime (41,27).

Desse modo, os costarriquenhos percebem a existência de uma comunidade nacional e apóiam fortemente os princípios da democracia. Eles também são razoavelmente positivos em suas percepções das instituições em geral (apoio difuso). À medida que as instituições são especificadas, o apoio diminui (embora ainda permaneça positivo). Em contraste, suas avaliações do desempenho do governo local, do desempenho (econômico) do regime e dos atores políticos nacionais, em média, tal como esperado, ficam abaixo da metade das escalas de avaliação e bem abaixo das médias para outras dimensões. Assim, à medida que os

---

## Conclusões

Utilizando um *survey* de amostra nacional entre os cidadãos costarriquenhos projetado para explorar a legitimidade, testamos em detalhe o constructo de legitimidade política predito por Easton e elaborado por Norris. Empregamos múltiplos itens, em vez de únicos, para cada objeto de apoio previsto, a fim de fortalecer nossa confiança na validade das dimensões preditas. Usamos análise fatorial exploratória e depois confirmatória para explorar a estrutura dimensional da legitimidade democrática e descobrimos que o modelo de legitimidade de Easton, tal como emendado por Norris, Dalton e outros existe mais ou menos como foi predito. As várias dimensões da legitimidade do sistema político estão organizadas em torno da avaliação de objetos do sistema político que vão do abstrato e geral (uma comunidade política nacional, princípios do regime democrático) ao mais concreto (desempenho do regime, instituições governamentais específicas e atores políticos no poder). Essas dimensões da legitimidade (exceto para a comunidade política) são razoavelmente coerentes em termos das médias e desvios padrão observados dos itens compo36etens compo36eE3podso4(o)e(a)5.ens c9(i)4i6(compo36s6.9(arv)-6.

---

precedentes de medidas que conseguimos utilizar e devido à consideração de objetos adicionais de avaliação. Ao perguntar sobre numerosos objetos de avaliação

---

Um quarto caminho para as pesquisas, o qual seguiremos em outros trabalhos, é a questão do “e daí?”. Legitimidade realmente importa? Sabemos agora que dimensões da legitimidade política existem nas mentes dos cidadãos de algumas nações e que ela possui dimensões não suspeitadas anteriormente. Porém, importa de fato para o mundo político real que a legitimidade exista? Ela altera o panorama político de uma nação? Ela molda de alguma maneira o capital social e político? O declínio observado da legitimidade em muitas sociedades políticas importa de fato em termos de um efeito mensurável sobre os cidadãos ou a sociedade? A legitimidade afeta atitudes operativas críticas, tais como o fato de os cidadãos sustentarem ou não normas democráticas, em vez de autoritárias? Ela



**Anexo B****Análise fatorial de componentes principais (matriz estrutural) com rotação oblíqua (OBLIMIN)**

	Componentes					
	1	2	3	4	5	6
Orgulho de ser costarriquenho	0,082	-0,102	-0,068	0,083	0,086	0,619
Apesar de nossas diferenças, os costarriquenhos têm muito em comum	0,087	0,495	-0,104	-0,023	0,184	0,448
Aprova a participação em manifestações legais	0,031	0,746	0,028	-0,055	-0,028	-0,101
Aprova a participação na formação de grupos para resolver problemas da comunidade	-0,104	0,854	-0,066	-0,062	-0,065	0,081
Aprova a participação em campanhas eleitorais	0,087	0,815	-0,074	-0,029	-0,014	0,097
Avaliação da economia nacional	0,170	-0,024	-0,220	0,132	0,583	-0,015
Situação econômica comparada a um ano atrás	0,052	-0,025	-0,153	0,072	0,792	0,087
Situação econômica dentro de um ano	0,121	0,033	-0,129	0,087	0,787	0,063
Julgamento justo	0,675	-0,046	-0,296	0,168	0,105	0,009
Respeita as instituições	0,518	0,173	-0,243	0,092	0,025	0,380
Direitos básicos protegidos	0,704	-0,061	-0,210	0,198	0,135	0,166
Orgulho do sistema	0,643	0,192	-0,194	0,098	0,144	0,431
Deveria apoiar sistema	0,553	0,185	-0,303	0,190	0,089	0,499
Confia no Tribunal Eleitoral	0,597	0,241	-0,299	0,076	0,025	0,291
Confia na legislatura	0,737	-0,040	-0,416	0,255	0,176	-0,040

---

## Referências Bibliográficas

ANDERSON, C. J.; GUILLORY, C. A. Political institutions and satisfaction with democracy: a cross-national analysis of consensus and majoritarian systems. *American Political Science Review*, v. 91, p. 66-81, 1997.

BAKER, C. E.; FERNÁNDEZ P., R.; STONE, S. Z. *El Gobierno municipal en Costa Rica: sus características y funciones*. San José, Costa Rica: Associated Colleges of the Midwest Central American Field Program e La Escuela de Ciencias Políticas, Universidad de Costa Rica, 1972.

BERMEO, N. G. *Ordinary people in extraordinary times: the citizenry and the breakdown of democracy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2003.

BOOTH, J. A. Political parties in Costa Rica. In: STANSFIELD, D. N. (ed.). *Political parties in developing democracies*. [2005?]. No prelo.

\_\_\_\_\_. *Costa Rica: quest for democracy*. Boulder: Westview Press, 1998.

BOOTH, J. A.; RICHARD, P. B. Repression, participation, and democratic norms in urban Central America. *American Journal of Political Science*, v. 40, n. 4, p. 1205-1232, november 1996.

BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. Political legitimacy and participation in Costa Rica: evidence of arena shopping. *Political Research Quarterly*, v. 59. No prelo.

CANACHE, D. *Venezuela: public opinion and protest in a fragile democracy*. Miami: North-South Center Press-University of Miami, 2002.

CANACHE, D.; MONDAK, J.; SELIGSON, M. A. Measurement and meaning in cross-national research on satisfaction with democracy. *Public Opinion Quarterly*, v. 65, n. 4, winter 2001.

CAREY, J. M. *Term limits and legislative representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CAYETANO MORA, J. *La organización comunal y Dinadeco*. San José, Costa Rica: Cambridge University Press, 1996.

CITRIN, J. The political relevance of trust in government. *American Political Science Review*, v. 68, p. 973-88, 1974.

---

CITRIN, J.; MUSTE, C. Trust in Government. In: ROBINSON, J. P.; SHAVER, P. R.; WRIGHTSMAN, L. S. (ed.). *Measures of political attitudes*. San Diego: Academic Press, 1999. p. 465-532.

CLARK, M. A. *Gradual economic reform in Latin America: the Costa Rican experience*. Albany, NY: State University of New York Press, 2001.

COHEN, C. *Democracy*. New York: The Free Press, 1973.

CROOK, R.; MANOR, J. C. *Democracy and decentralization in South Asia and West Africa: participation, accountability, and performance*.  
9nced0.0019 110.0CROOK9( C.)9( )-4.4(e2w[.]i Tc0.ndustri Tc0.1(

---

HARDIN, R. Do we want trust in government? In: WARREN, M. E. (ed.).

---

MULLER, E. N.; JUKAM, T. O.; SELIGSON, M. A. Diffuse political support and antisystem political behavior: a comparative analysis.



---

SELIGSON, M. A.; MULLER, E. N. Democratic stability and economic crisis: Costa Rica 1978-1983. *International Studies Quarterly*, v. 31, p. 301-26, 1987.

SUDMAN, S. Probability sampling with quotas. *Journal of the American Statistical Association*, v. 61, p. 749-71, 1966.

VELIZ, C. *The centralist tradition in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1980.

VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America: political democracy and social equality*. New York: Harper and Row, 1972.

VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J. *The modes of democratic participation: a cross-national comparison*. Beverly Hills: Sage Publications, 1971.

WARREN, M. E. (ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WILSON, B. M. *Costa Rica: politics, economics, and democracy*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

*Recebido para publicação em novembro de 2005.  
Aprovado para publicação em março de 2006.*

*Tradução de Pedro Maia Soares.*